

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2014

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.218.985,65 € de despesa paga e um total de 9.157.625,90 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 49.635.849,34 € e um total de fundos próprios de 14.026.732,23 €, incluindo um resultado líquido de 1.603.304,19 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade.
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 14	Grau Exec. Orç Dez 13
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	4 082 866,42	3 967 054,55	115 811,87	97,16%	3 210 367,22	872 499,20	78,63%	77,03%
2	Aquisição de bens e serviços	7 157 269,34	6 603 171,34	554 098,00	92,26%	2 263 209,21	4 894 060,13	31,62%	38,19%
3	Juros e outros encargos	3 296 990,76	2 206 426,95	1 090 563,81	66,92%	278 117,37	3 018 873,39	8,44%	13,41%
4	Transferências correntes	243 009,81	201 651,08	41 358,73	82,98%	119 214,49	123 795,32	49,06%	40,92%
5	Subsídios	312 000,00	310 000,00	2 000,00	99,36%	310 000,00	2 000,00	99,36%	99,36%
6	Outras despesas correntes	457 500,24	414 957,31	42 542,93	90,70%	91 558,64	365 941,60	20,01%	8,27%
	DESPESAS CORRENTES	15 549 636,57	13 703 261,23	1 846 375,34	88,13%	6 272 466,93	9 277 169,64	40,34%	42,73%
7	Aquisição de bens de capital	8 050 932,79	7 272 568,16	778 364,63	90,33%	1 550 786,26	6 500 146,53	19,26%	21,81%
8	Transferências de capital	175 974,38	128 253,92	47 720,46	72,88%	24 783,31	151 191,07	14,08%	11,59%
9	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	9 007 119,63	8 178 448,76	828 670,87	90,80%	1 370 949,15	7 636 170,48	15,22%	10,27%
11	Outras despesas de capital	20,00	0,00	20,00	0,00%	0,00	20,00	0,00%	0,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	17 234 046,80	15 579 270,84	1 654 775,96	90,40%	2 946 518,72	14 287 528,08	17,10%	15,52%
	TOTAL DE DESPESAS	32 783 683,37	29 282 532,07	3 501 151,30	89,32%	9 218 985,65	23 564 697,72	28,12%	28,31%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Saldo	Grau Exec. Dez 14	Grau Exec. Dez 13
Cl.	Designação					
1	Impostos directos	930 640,00	1 259 385,21	328 745,21	135,32%	120,79%
2	Impostos indirectos	44 871,00	92 955,50	48 084,50	207,16%	339,50%
4	Taxas, multas e outras penalidades	463 580,00	420 431,63	-43 148,37	90,69%	89,05%
5	Rendimentos da propriedade	330,00	61,15	-268,85	18,53%	99,43%
6	Transferências correntes	5 164 437,00	5 284 405,46	119 968,46	102,32%	90,16%
7	Venda de bens e serviços correntes	801 071,00	759 791,70	-41 279,30	94,85%	91,95%
8	Outras receitas correntes	37 033,00	13 991,87	-23 041,13	37,78%	176,82%
	RECEITAS CORRENTES	7 441 962,00	7 831 022,52	389 060,52	105,23%	94,78%
9	Venda de bens de investimento	110,00	0,00	-110,00	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	1 336 238,00	1 315 407,30	-20 830,70	98,44%	89,97%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	23 803 591,43	0,00	-23 803 591,43	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	20,00	9 066,00	9 046,00	45330,00%	7091,10%
	RECEITAS DE CAPITAL	25 139 959,43	1 324 473,30	-23 815 486,13	5,27%	9,58%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	2 130,08	2 120,08	21300,80%	175,44%
16	Saldo da gerência anterior	201 751,94	201 751,94	0,00	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	201 761,94	203 882,02	2 120,08	101,05%	101,25%
	TOTAL DE RECEITAS	32 783 683,37	9 359 377,84	-23 424 305,53	28,55%	28,65%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rátios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13
Receita total / Despesa total	101,52%	102,00%	31,96%	30,14%
Receita corrente / Despesa corrente	124,85%	103,53%	57,15%	47,24%
Receita capital / Despesa capital	44,95%	91,17%	8,50%	14,49%
Despesa Pessoal / Despesa Total	34,82%	34,16%	13,55%	12,44%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	24,55%	26,35%	22,55%	18,51%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	16,82%	18,55%	24,84%	23,97%
Serviço da Dívida / Despesa Total	14,87%	10,32%	27,93%	29,71%
Receitas próprias / Despesa Total	29,93%	26,98%	9,42%	7,97%
Transferências recebidas / Despesa Total	71,59%	75,02%	22,54%	22,17%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,02%	3,57%	7,53%	7,70%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rátios de estrutura da receita	dez/14	dez/13
Receitas próprias / Receita total	29,48%	26,45%
Transferências recebidas / Receita Total	70,52%	73,55%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa acima, verifica-se que a execução do orçamento da despesa corrente se situa na ordem dos 40,34%, valor inferior em 2,39 p.p. em relação ao verificado em igual período do ano anterior. De referir que as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e juros e outros encargos representam cerca de 94% das dotações corrigidas ao nível da despesa corrente, pelo que tendencialmente a evolução da sua execução influencia a execução da despesa corrente.

Nos termos do justificado no ponto anterior, a execução orçamental das despesas com o pessoal ficou 1,6 p.p. acima do verificado em igual período do ano anterior. O grau de execução orçamental verificado, à semelhança do sucedido em períodos anteriores, está diretamente relacionado com a consideração em orçamento de itens antigos em dívida à "ADSE", igualmente relevados na contabilidade patrimonial, cujo pagamento ainda não foi possível de concretizar por dificuldades de tesouraria do Município.

Com reporte à aquisição de bens e serviços, o grau de execução orçamental de 31,62% manifesta-se 6,57 p.p. abaixo do verificado em igual período do exercício anterior. Para que este indicador evidencie um grau de execução muito moderado, verifica-se que as dotações corrigidas para os diversos itens desta rubrica são manifestamente superiores às despesas pagas, destacando-se os valores em dívida às Águas dos Zêzere e Côa associados ao fornecimento de água e valores em dívida pela aquisição de serviços diversos.

Adicionalmente, a rubrica de juros e outros encargos também apresenta um grau de execução orçamental baixo (8,44% contra 13,41% em 2013) essencialmente relacionado com a consideração dos juros associados ao PAEL/Reequilíbrio financeiro e cujos programas não estando em curso, afetam a execução da despesa desta natureza.

Quanto às rubricas relacionadas com despesas de capital, a aquisição de bens de capital, as transferências de capital e os passivos financeiros apresentam igualmente graus de execução orçamental bastante moderados de, respetivamente, 19,26%, 14,08% e 15,22%, ficando a aquisição de bens de capital 2,55 p.p. abaixo do verificado em igual período do ano anterior e, as restantes, 2,5 p.p. e 4,95 p.p. respetivamente, acima do verificado no período anterior.

A execução da aquisição de bens de capital encontra-se afetada pelo não pagamento dos imóveis de habitação social (processo MRG) e pelo não pagamento de despesa incorrida com infraestruturas consideradas em bens de domínio público (viadutos, arruamentos e obras complementares).

No que respeita às transferências de capital, estas encontram-se afetadas pelo baixo volume de pagamentos face às dotações corrigidas ao nível do apoio ao Associativismo e transferências para outros órgãos da Administração local (freguesias e Associações de Municípios). Relativamente aos passivos financeiros, o baixo grau de execução orçamental encontra-se relacionado com o facto de esta relação ser obtida entre o total das dotações corrigidas e os valores efetivamente pagos no exercício.

De uma forma genérica, os baixos graus de execução orçamental da despesa encontram-se relacionados com um baixo volume de despesa paga em relação ao valor das dotações corrigidas para a despesa resultantes do acumulado dos compromissos assumidos. Para esta situação contribuiu decisivamente o facto de ainda não se encontrarem aprovados os financiamentos a que o Município se candidatou através do programa "PAEL" e "Reequilíbrio Financeiro". Em 2015 deverá ter-se em consideração o contributo do programa "FAM" (Fundo de Apoio Municipal) no sentido de fomentar a execução orçamental da despesa.

- 7.** Na análise da execução orçamental da receita, verifica-se que a receita corrente se encontra executada por valores superiores aos orçamentados, tendo atingido 105,23% contra 94,78% verificados no ano anterior. Para o efeito contribuiu largamente a obtenção de receitas dos impostos diretos (IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, IUC – Impostos Único de Circulação, IMT – Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama) e impostos indiretos (taxas de resíduos sólidos, taxa municipal de direitos de passagem e loteamentos e obras).

De destacar que a obtenção de transferências correntes apresenta uma execução orçamental de 102,32% (contra 90,16% no período anterior) essencialmente relacionado com transferências do Orçamento do Estado ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e com as receitas do parque eólico.

A venda de bens e serviços correntes também apresenta um grau de execução orçamental bastante positivo (94,85%) essencialmente justificado com a elevada aderência entre os valores orçamentados e

cobrados da venda de mercadorias (água) e serviços diversos (especialmente a tarifa fixa de água e o saneamento).

Com reporte à execução da receita de capital, esta apresenta um grau de execução de 5,27% (contra 9,58% em 2013), essencialmente justificado com a não obtenção de passivos financeiros (reestruturação da dívida do Município associado aos programas de Reequilíbrio Financeiro e PAEL), cuja previsão corrigida ascende a 23.803.591,43 €. Importa ainda referir que as transferências de capital foram executadas em valores aproximados aos previstos (grau de execução de 98,44% contra 89,97% verificados em 2013), facto associado às transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado (FEF) e obtenção de verbas associadas aos projetos cofinanciados.

8. A receita corrente soma 7.831.023 € e as despesas correntes 6.272.467 €, pelo que as despesas desta natureza se encontram com adequado grau de cobertura (124,85% contra 103,53% em 2013) se considerarmos a ótica da despesa paga. Na ótica da despesa comprometida, verifica-se igualmente uma evolução do indicador (57,15% contra 47,24% em 2013).

Atendendo à relação receitas de capital/despesas de capital, e considerando o decréscimo de receitas de capital face a 2013 (1.324.473 € de receita em 2014 contra 2.553.148 € em 2013), a cobertura da despesa de capital pelas receitas da mesma natureza é de 44,95% em 2014 (contra 91,17% em 2013) na ótica da despesa paga e 8,50% (contra 14,49% em 2013) na ótica da despesa comprometida.

Globalmente, as receitas totais sofrera um decréscimo de 466.074 € face a 2013, pelo que o grau de cobertura da despesa total pela receita total é de 101,52% em 2014 (contra 102,00% em 2013) na ótica da despesa paga e 31,96% em 2014 (contra 30,14% em 2013) na ótica da despesa comprometida.

9. As receitas próprias somam o montante de 2.759.565,08 € (mais 160.479,39 €) que o verificado em igual período do exercício anterior (dado o efeito do acréscimo das receitas provenientes dos impostos diretos e indiretos), situação que permite que a despesa total seja coberta por receita própria na ordem dos 30% (quando em igual período do ano anterior este indicador era de cerca de 27%), situação que explica, além do valor de acréscimo da receita própria, pela diminuição da despesa total em 414.081, € (considerando a ótica da despesa paga).
10. A despesa comprometida em 2014 mostrou-se superior em 20.124.906,17 € euros em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 22 578 353,70 € no final de 2013, constituindo este um indicador positivo em termos evolutivos já que em termos absolutos ainda continua a registar um elevado valor, situação justificada com a não implementação dos Planos de Reequilíbrio Financeiro e PAEL.

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2014	%	2013	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	440 807,15	4,40%	464 641,83	5,04%
72	Impostos e taxas	1 845 096,86	18,42%	1 659 552,45	17,99%
73	Proveitos Suplementares	205 036,96	2,05%	345 559,40	3,75%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 634 621,03	66,24%	6 101 370,01	66,13%
75	Trabalhos para a própria entidade	13 838,14	0,14%	38 291,76	0,42%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 445,26	0,01%	8 091,24	0,09%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	875 046,23	8,74%	608 987,45	6,60%
	TOTAL DE PROVEITOS	10 015 891,63	100,00%	9 226 494,14	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2014	%	2013	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	384 447,19	4,57%	412 379,26	4,72%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 992 403,58	23,68%	2 158 422,69	24,73%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	439 774,73	5,23%	465 765,74	5,34%
64	Custos com o pessoal	3 176 042,61	37,75%	3 389 984,47	38,84%
65	Outros custos e perdas operacionais	30 088,65	0,36%	45 143,06	0,52%
66	Amortizações do exercício	1 327 871,90	15,78%	1 359 492,42	15,58%
67	Provisões do exercício	48 660,61	0,58%	44 103,61	0,51%
68	Custos e perdas financeiros	912 255,06	10,84%	718 939,70	8,24%
69	Custos e perdas extraordinários	101 043,11	1,20%	134 348,35	1,54%
	TOTAL DE CUSTOS	8 412 587,44	100,00%	8 728 579,30	100,00%

12. Com referência à estrutura de proveitos e ganhos refletida no mapa 5 acima, verifica-se que os mesmos sofreram um acréscimo de 789 397,49 € (8,56%) face ao verificado em 2013. O maior contributo para este acréscimo está relacionado com a rubrica de "Impostos e Taxas" (acréscimo de 185.544,41 € - 11,18%

face ao verificado em 2013) e com as "Transferências e Subsídios Obtidos" (acréscimo de 533 251,02 € - 8,74% face ao verificado no final de 2013).

Relativamente à rubrica de impostos e taxas, à semelhança do indicado na análise da receita, o acréscimo fica a dever-se essencialmente ao acréscimo de receitas com "IMI", "IMT", "IUC" e "Derrama". Globalmente, em 2014, estas componentes das receitas (e dos proveitos) sofreram a seguinte variação:

DESIGNAÇÃO	PROVEITO 2014	PROVEITO 2013	VARIAÇÃO (VALOR)	VARIAÇÃO (%)
IMI	938 464,84 €	785 000,00 €	153 464,84 €	19,55%
IUC	143 215,20 €	165 318,54 €	-22 103,34 €	- 13,37%
IMT	121 970,33 €	51 949,59 €	70 020,74 €	134,79%
DERRAMA	114 990,00 €	111 368,71 €	3 621,29 €	3,25%

Com reporte às "Transferências e Subsídios Obtidos", o acréscimo verificado resulta essencialmente do acréscimo de transferências ao nível do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Municipal e participação fica no IRS).

Ao nível dos "Proveitos e Ganhos" importa ainda destacar o acréscimo de 266 058,78 € (43,69%) na rubrica de "Proveitos e Ganhos Extraordinários", situações que explica, genericamente com o acréscimo relacionado com correções de períodos anteriores (correções de estimativas e de contas correntes de fornecedores) e com o acréscimo de valor resultante da imputação sistemática de subsídios ao investimento uma vez que os bens objeto de apoio, que se encontravam em curso até 31 de dezembro de 2013, foram transferidos para "imobilizado firme" em 2014.

No que se refere aos "Proveitos Suplementares" há a destacar o decréscimo de 140 522,44 € (menos 40,67%), facto diretamente relacionado com o decréscimo de rendas recebidas dos parques eólicos.

- 13.** Atentando no quadro resumo dos custos e perdas, verifica-se que em relação ao ano de 2013 os custos do Município apresentam um decréscimo de 315.991,86 € (3,62%) face ao verificado em igual período do exercício anterior. Importa referir que, excetuando, os "Custos e perdas financeiros" que sofreram um acréscimo de 193.315,36 € (dos quais 110.269,87 € resultam do registo por aplicação do Método da Equivalência Patrimonial sobre os resultados da empresa Municipal e cerca de 84.000 € reportam ao acréscimo dos encargos com juros) e as "Provisões do exercício" (reforço de 4 557,00 € para fazer face a saldos de clientes de cobrança duvidosa) todas as restantes rubricas de "Custos e Perdas" sofreram decréscimos face ao verificado em igual período do exercício anterior.

Os itens de variação mais significativa correspondem ao decréscimo de 213.941,86 € (6,31%) nos custos com o pessoal e decréscimo de 166.019,11 € nos Fornecimentos e serviços externos. Ao nível dos custos com o pessoal, verificam-se decréscimos com remunerações nos membros dos órgãos autárquicos (menos

19.400 €) e nas remunerações do pessoal (cerca de 158.200 €), sendo que o decréscimo restante se verifica ao nível das despesas com saúde do pessoal.

Ao nível dos Fornecimentos e serviços externos, os principais decréscimos verificam-se ao nível da eletricidade, conservação e reparação e encargos com saneamento.

- 14.** Em resultado das variações acima identificadas e justificadas ao nível das contas de custos e de proveitos, verifica-se que os resultados do período que ascendem a 1.603.304,19 €, superam em 1.105.389,35 € os resultados verificados no final de 2013. Importa ainda referir que o acréscimo que se tem verificado ao nível de algumas receitas (especialmente IMI e Derrama) e as limitações generalizadas à despesa implicam desempenhos económicos mais favoráveis do que os verificados em períodos passados.

ANÁLISE FINANCEIRA

- 15.** As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/14	%	dez/13	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	137 397,69	28,65%	120 688,00	26,16%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	4 756,35	0,99%	5 296,70	1,15%
24	Estado e outros entes públicos	87 803,23	18,31%	31 790,91	6,89%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	249 580,39	52,05%	303 605,98	65,80%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	479 537,66	100,00%	461 381,59	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	479 537,66	100,00%	461 381,59	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/14	%	dez/13	%
2311	Empréstimos de curto prazo	503 417,01	2,47%	861 100,00	4,02%
221	Fornecedores c/c	3 021 741,41	14,83%	3 398 081,65	15,85%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1 330 078,90	6,53%	835 318,66	3,90%
217	Clientes e utentes c/cauções	35 927,11	0,18%	35 927,11	0,17%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	5 324 826,17	26,13%	5 024 439,90	23,43%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	760 069,73	3,73%	781 556,60	3,64%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	4 344 397,96	21,31%	4 966 872,06	23,16%
	Total Curto Prazo	15 320 458,29	75,17%	15 903 295,98	74,16%
2312	Dívidas a instituições de crédito	5 061 439,17	24,83%	5 542 205,79	25,84%
2689	Outros credores	387 598,52	1,90%	446 340,84	2,08%
	Total Médio Longo Prazo	5 061 439,17	24,83%	5 542 205,79	25,84%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	20 381 897,46	100,00%	21 445 501,77	100,00%

16. Atentando no mapa de dívidas a receber acima, verificamos que estas apresentam um acréscimo de 18.156,07 € face ao verificado no termo do exercício transato. Essencialmente, este acréscimo é justificado com os saldos a receber de contribuintes, clientes e utentes relacionados com a venda de água, tarifas de saneamento e aluguer de espaços e equipamentos.

17. Com reporte às dívidas a pagar, verifica-se, face a 2013 um decréscimo de 1.063.604,31 € (4,96%), essencialmente justificado com a diminuição da dívida bancária quer médio e longo prazo, quer de curto prazo (menos 838.449,61 €) e diminuição dos saldos em dívida a outros credores. Torna-se importante referir que a diminuição da dívida a "Outros Credores" só não se manifestou de montante com maior relevância porque, nos termos da comunicação de 26 de setembro de 2014 e do estipulado pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, a contribuição do Município para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) é de 452.198,52 €, montante relevado em balanço no passivo de curto prazo (64.600 €) e de médio e longo prazo (387.598,52 €). Contudo, a existência deste fundo será um fator a ter em conta para efeitos de financiamento e adequado escalonamento da dívida do Município, situação que deverá contribuir para o equilíbrio da tesouraria de curto prazo do Município.

18. No âmbito da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) - **Capítulo IV**, verifica-se que:

a) Nos termos do n.º 1 do artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Adicionalmente, a Lei do Orçamento de Estado para 2014 (Lei n.º 83-C de 31 de dezembro), nos termos do artigo 97.º deste diploma, para efeitos de aplicação do limite de endividamento em 2014, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013.

A informação apurada com reporte a 31 de dezembro de 2014 aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 10.464.078,83 €.

b) Tendo em vista o saneamento financeiro do Município, este tem pendente de aprovação uma candidatura ao programa PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) e plano de Reequilíbrio Financeiro, programas que poderão ser substituídos pela adesão ao programa do "FAM – Fundo de apoio municipal". Contudo, estes programas apesar de não resolverem o excesso de endividamento, deverão possibilitar o pagamento de responsabilidades vencidas e o escalonamento da dívida com pagamentos futuros de capital e juros, situações a controlar por entidades oficiais, sendo o meio encontrado para reduzir de forma sustentada o endividamento do Município.

c) Considerando o acima referido, nos termos do regime financeiro das autarquias locais (alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º), sempre que o Município não cumpra os limites de endividamento, deverá reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.

d) O endividamento em excesso reportado a 31 de dezembro de 2014 era de 10.464.078,83 € (que compara com 12.002.411 € em dezembro de 2013 – recalculado de acordo com as regras aplicáveis em 2014 para efeitos de comparabilidade), situação que permite aferir por uma redução de dívida de 12,82% (1.538.332 €), cumprindo assim o estipulado pela alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º do regime financeiro das autarquias locais.

e) Nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro) e correspondente regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho), a título informativo, refere-se que:

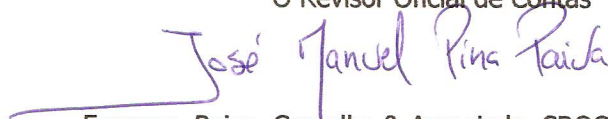
i) Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis (n.º 2 artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 17/2012 de 21 de junho), situação devidamente demonstrada no mapa de "Fundos Disponíveis" obtido a partir do sítio na internet na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais);

- ii) Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, para efeitos de cumprimento do artigo 7.º da LPCA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior;
- iii) De acordo com o Orçamento de Estado para 2014 (n.º 1 e 2 do artigo 94.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro), no caso de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2013, deve proceder-se até final de 2014 à redução de 10%, da qual 5% com reporte ao mês de junho;
- iv) No caso de incumprimento da disposição elencada no ponto anterior, o n.º 8 do artigo 94.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro prevê que haja lugar a uma redução das transferências do OE (Orçamento de Estado) no montante equivalente a 20% do valor da redução respetivamente em falta.
- v) Nos termos do artigo 11.º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, ao nível de quadro sancionatório, os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei, incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira sancionatória.

19. Tal como referido em ata de reunião do órgão executivo do Município de 29 de dezembro de 2014 e reiterado na certificação Legal das Contas da empresa municipal "EMCEL", é intenção do Exmo. Órgão Executivo proceder à internalização daquela empresa, dando cumprimento às regras previstas (artigo 61.º) da Lei n.º 50/2012 (atividade empresarial local). A concretização deste efeito deverá implicar, no período em que ocorrer, alterações por acréscimo ao nível da despesa, dos compromissos assumidos e das receitas, os primeiros pela assunção dos passivos da EMCEL e o último pela eventual alinação de ativos.

Viseu, 23 de abril de 2015

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282

Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539